



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638481 - PR (2021/0000407-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALISSON THIAGO ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALISSON THIAGO ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Processo n. 0067966-61.2020.8.16.0000)

O paciente foi preso em flagrante no dia 7/11/2020 como incurso no delito de receptação, tipificado no art. 180, *caput*, do Código Penal. O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o Juízo de direito converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício, em sentido oposto ao parecer do Ministério Público, que se manifestou pela concessão da liberdade provisória. Desse modo, o decreto de ofício da medida extrema é manifestamente contrário às alterações legislativas advindas da Lei n. 13.964/2019, que consagrou o sistema acusatório.

Ressalta que a decisão não possui fundamentação idônea, porque amparada unicamente na constatação de condenação anterior por crime de violência doméstica, sob o fundamento de garantia da ordem pública, e não preenche os requisitos autorizadores elencados nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão em flagrante ou o deferimento da liberdade provisória ao paciente. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente